



OE 2009: Parceiros sociais sugerem alterações fiscais para PME, uso de fundos UE e aumentos salariais

Lisboa, 11 Out (Lusa) - Vários parceiros sociais apresentaram ao governo as suas propostas para o Orçamento do Estado para 2009, em que sugerem alterações fiscais para as empresas mais pequenas, garantias para a utilização dos fundos comunitários e aumentos reais dos salários.

A Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) considera que o mais importante para o OE 2009 é a disponibilização da componente nacional para que se possam utilizar na íntegra os fundos comunitários.

Luís Mira, da CAP, disse à Lusa que seria importante que "não faltasse dinheiro para a conclusão do PIDDAC [plano de investimentos]".

Na área do retalho, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), que também enviou sugestões ao governo, considera que o essencial para o próximo ano seria abolir o pagamento especial por conta, já que é "inconstitucional" e representa uma "pressão insustentável" sobre as micro e pequenas e médias empresas.

A Confederação do Turismo Português (CTP), à semelhança do que sucedeu com a CAP e com a CCP, também enviou ao governo sugestões para o OE 2009. Os representantes do sector turístico consideram prioritário alterar a fiscalidade no sector da restauração e bebidas, de forma a reduzir a carga fiscal das empresas dessa área.

Ao nível dos sindicatos, tanto a CGTP como a UGT têm cadernos reivindicativos para o próximo ano que recentemente fizeram chegar ao executivo, onde estão medidas que gostariam de ver integradas no OE 2009.

Joaquim Dionísio, da comissão Executiva da CGTP, disse à Lusa que o que gostaria de ver no OE era "uma medida que contemplasse o crescimento dos salários dos portugueses".

No pacote de propostas da CGTP, a central sindical defende uma melhoria real dos salários, para o próximo ano, com os aumentos salariais a deverem ser de pelo menos dois pontos percentuais acima da inflação verificada.

O secretário-geral da UGT, João Proença, referiu que gostaria de ver no OE "uma medida idêntica à que o primeiro-ministro anunciou 4ªfeira para apoiar as empresas (a instituição de dois escalões de IRC)", defendendo "o desagravamento fiscal para as famílias de baixos rendimentos".

Outras das sugestões da UGT passam pelo reforço do investimento público e das verbas destinadas às políticas de emprego e formação profissional, pela continuação do esforço de desburocratização e pelo crescimento real dos salários.

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) disse também ter feito chegar ao executivo 19 propostas para o orçamento do próximo ano, frisando que a prioridade deve ser a revogação do regime simplificado do lucro tributário.

A Lusa tentou ainda recolher propostas da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e da Ordem dos Economistas, mas não conseguiu obter respostas a tempo de serem incluídas neste texto.

O governo vai entregar o OE 2009 a 14 de Outubro, terça-feira, na Assembleia da República.

IRE/RR

Lusa/Fim